

CLÍNICA DA INCLUSÃO E SOFRIMENTO NA ADOLESCÊNCIA

Francisco Marcelo Santos da Silva¹ | Erick Linhares de Holanda² | Isabela Bezerra Ribeiro³

RESUMO

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise fenomenológica, por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a respeito da inclusão de adolescentes nos âmbitos em que eles estão inseridos, sejam elas educacionais, escolares, sociais, familiares dentre outros. O processo da adolescência marcada por tantas mudanças requer um ajustamento psíquico, pois o adolescente começa a desprender-se de uma realidade infantil e começa a abandonar a criança que até então estava no centro. Nesse processo é comum que o adolescente apresente comportamentos imediatos e que mudam com facilidade, e que muitas vezes são vistos de forma anormal pelos adultos. Quando se fala em inclusão de adolescentes e o sofrimento que acomete esses indivíduos é importante ressaltar inicialmente que esta, ainda é atravessada por diversas questões que impossibilitam ou dificultam o seu avanço, tais como falta de recursos, negligência por parte de gestores nas mais diferentes instituições, preconceito, falta de formação para educadores, pais e para a sociedade como um todo. Nesse sentido, percebe-se a importância da implementação de recursos e políticas de inclusão frente a essa temática, para que adolescentes com necessidades especiais sejam alcançados e acolhidos pela sociedade em geral de forma que seja evidente dentro dos espaços em que os mesmos estão presentes uma maior equidade para que esses indivíduos sejam assistidos na sua integralidade e, sobretudo, nas suas diferenças.

PALAVRAS-CHAVE

Adolescência. Inclusão. Psicologia do Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article aims to perform a phenomenological analysis, through a qualitative bibliographic research regarding the inclusion of adolescents in the areas in which they are inserted, be they educational, school, social, and family. The adolescence process marked by so many changes requires a psychic adjustment, as the adolescent begins to detach himself from a childhood reality and begins to abandon the child who until then was at the center. In this process, it is common for adolescents to exhibit immediate and easily changing behaviors, which are often seen abnormally by adults. When it comes to the inclusion of adolescents and the suffering that affects these individuals, it is important to note initially that this is still crossed by several issues that make it impossible or hinder their progress, such as lack of resources, negligence on the part of managers in different institutions, prejudice, lack of training for educators, parents and for society as a whole. In this sense, it is perceived the importance of implementing resources and policies of inclusion in relation to this theme, so that adolescents with special needs are reached and welcomed by society in general so that it is evident within the spaces in which they are present, greater equity for these individuals to be assisted in their entirety and, above all, in their differences.

KEYWORDS

Teenage years. Inclusion. Developmental Psychology.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo realizar uma análise fenomenológica, por meio de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo a respeito da inclusão de adolescentes nos âmbitos em que eles estão inseridos, sejam elas educacionais, escolares, sociais, familiares dentre outros. Compreendendo que diante de tantas realidades referentes ao seu processo de desenvolvimento, encontram-se sujeitos a possíveis psicopatologias em decorrência da falta de inclusão, tais como ansiedade, depressão, fobias, automutilação e ideias suicidas.

Abordaremos neste trabalho as realidades que se configuram como realidades de desorganização emocional e psicológica, que são causadas por esse processo de mudanças tão constantes e rápidas durante esse processo. Analisaremos as instituições que estão ligadas diretamente nesse processo tais como a família, a escola e outros grupos em que possivelmente o mesmo esteja inserido. Levaremos em consideração as contribuições desses espaços como também as deficiências e prejuízos causados pelos mesmos, muitas vezes por falta de conhecimento e formação adequada.

A análise fenomenológica se propõe a perceber os diversos fenômenos da adolescência no entorno desse processo. Refletindo assim sobre a questão da liberdade e as diversas formas de expressão subjetiva como algo que proporciona e potencializa a ação criativa do indivíduo (MOREIRA, 2013).

Diante disso, torna-se importante ressaltar que tal pesquisa se apresenta como relevante neste contexto ao possibilitar uma discussão que viabilize, por meio de um olhar fenomenológico e crítico sobre a realidade proposta, uma ampliação de visão social e profissional quanto a questão da inclusão e do desenvolvimento do adolescente. Cabe aqui pensar o quão importante tem se tornado a percepção dos fenômenos que surgem durante essa fase e que compreender o mundo vivido do indivíduo, se aproximando de sua experiência, reverbera em cuidado em Saúde Mental

Destaca-se ainda que a inclusão não se apresenta neste contexto apenas direcionada a um determinado público, pois se falamos em incluir, pensamos em todas as possibilidades de exclusão existentes. Sendo assim, é importante ressaltar que tanto em situações de sofrimento psíquico, advindos de questões psicopatológicas, quanto em deficiências físicas, é imprescindível um olhar sistêmico e de cuidado.

Dito isso, este artigo se apresenta em quatro momentos, iniciando com uma explanação a respeito do sofrimento na adolescência em decorrência do processo de desenvolvimento, trazendo em seguida as questões inerentes a adolescência, liberdade e psicopatologia fenomenológica. Em seguida trazemos um olhar histórico sobre a questão da inclusão nesse processo de desenvolvimento e finalizando com uma fala sobre a adolescência e os processos de inclusão no âmbito escolar.

DESENVOLVIMENTO

SOFRIMENTO NA ADOLESCÊNCIA EM DECORRÊNCIA DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO.

Entende-se que o sofrimento é inerente ao indivíduo e, de acordo com Frankl (1991), faz parte de uma exigência natural que diz respeito ao “estar no mundo”, o que gera um caráter de sentidos a essa existência fatídica. Sofre-se em todas as etapas da vida, seja pelo processo de desenvolvimento

próprio de cada etapa ou pelas circunstâncias que se apresentam no cotidiano, no mundo vivido, nos desafios de viver. Ressalta-se que alguns sentimentos no envolvimento de momentos difíceis são evidências de que sofrer faz parte do viver. Diante disso, é possível refletir sobre sofrimentos específicos de determinadas fases do desenvolvimento humano, atravessado por experiências de resiliência constante e aprendizados significativos.

Ao refletir sobre questões como a resiliência em um processo de desenvolvimento humano, como na fase da adolescência, compreende-se que este conceito diz respeito à adaptação positiva em resposta a adversidades com possibilidades de superação, bem como suportar comprometer-se em uma nova dinâmica de vida, independentemente das configurações experienciais. A resiliência leva ao encontro de que favoreçam a descoberta de valores que transcendem a dor e o sofrimento psíquico (SULZBACH, 2008, p. 14).

Partindo desse pressuposto entende-se que a adolescência é uma fase que se caracteriza, de certa forma, pela presença de momentos de desorganização e instabilidade emocional e psicológica, tudo isso em decorrência de diversas mudanças significativas que ocorrem neste processo. Percebe-se assim que algumas modificações são observadas em pelo menos três áreas: inicialmente no corpo, com o crescimento constante e surgimento dos pelos pubianos, bem como amadurecimento dos órgãos genitais; mudanças na mente, com o surgimento de questionamentos e a necessidade de aceitação social e de si mesmo e o ambiente o qual o adolescente passa a habitar, ou seja, por meio da intensificação das relações com os pares e por causa da iniciação sexual, este tende a frequentar novos espaços que se diferem claramente dos que habitava na infância, muitas vezes se manifestando até mesmo de maneira isolada (ZUGLIANI; MOTTI; CASTANHO, 2007).

Nessa fase de constantes e rápidas mudanças, o adolescente passa por uma desorganização em decorrência da rapidez com a qual precisa se adaptar ao meio e dar respostas sociais e existenciais a si e ao mundo. Tal desordem diz respeito também aos aspectos de sua personalidade e mudança, que visam organizar sua própria identidade física, sexual, social, cultural e familiar. Nesse período ela(e) não é mais considerada uma criança, mas também não é uma adulta o que reverbera em conflitos identitários. Nesse sentido, percebe-se que a adolescência é marcada por uma série de mudanças e transições que afetam aspectos cognitivos e emocionais, caracterizando-se como a fase da reorganização emocional, corroborando para possibilidades de sofrimento e isolamento (RIBEIRO; NASCIMENTO; COUTINHO, 2010; ASSIS et al., 2003).

Pode-se afirmar, portanto, que esse período é vulnerável a várias patologias. Entre elas a instalação de sintomatologias referentes a ansiedade e depressão, principalmente em um contexto contemporâneo em que as relações, cerne da fase em questão, têm se tornado cada vez mais efêmeras, como afirma Bauman (2001).

Dito isso, reflete-se sobre a questão de que as novas vivências dos adolescentes podem favorecer condições próprias para que se apresentem não somente flutuações do humor e mudanças expressivas no comportamento, mas fobia social, depressão e ansiedade, diante das questões dessa fase de desenvolvimento, bem como das configurações relacionais contemporâneas. Tudo isto faz notar-se que podem ser desenvolvidos quadros francamente depressivos com sintomas de descontentamento, confusão, solidão, incompreensão e possíveis atitudes de rebeldia (COUTINHO, 2005).

Em suma, torna-se relevante que a família e a instituição escolar estejam sempre presentes e atentos a todas as características comportamentais e de relações sociais, tendo como princípio básico a observância e a escuta atenta a tudo que se manifesta como normal ou patológico, de modo que possam compreender com lucidez, compreensão, aceitação e empatia todos os fenômenos que se apresentem como depressivos ou de ansiedade, entendendo que nessa fase, se encontram no mundo novo e desafiador, cheio de novos sentidos referentes a si mesmos, às pessoas e aos grupos que participam todos os dias (GUARESCHI, 2004).

Perceber claramente que a fase da adolescência é uma etapa de mudanças de sentidos e afirmações sociais e existenciais, é uma tarefa importante para toda a comunidade que lida com esse processo, ou seja, professores, familiares e amigos são de fundamental importância para que a aceitação de si, independente do âmbito, aconteça sem sofrimentos significativos e que gerem possíveis psicopatologias no (a) adolescente.

ADOLESCÊNCIA, LIBERDADE E PSICOPATOLOGIA FENOMENOLÓGICA

Importa ainda compreender que cada momento vivido na experiência humana diz respeito a processos de subjetivação que tornam cada um aquilo que é. Diante disso, porque não compreender a adolescência enquanto uma fase do processo de desenvolvimento humano, o qual está sempre em movimento, como um fenômeno experiencial? É possível perceber que cada etapa da vida sugere novas formas de resistência e resiliência, dando novos sentidos e ressignificando as experiências vividas anteriormente.

Segundo Tatossian (1993/1997d, p. 215), "a experiência do fenômeno se faz sempre contra o curso espontâneo da vida humana, já que exige o abandono da atitude natural". Quanto mais nos percebemos dentro de nosso próprio campo experiencial e existencial, mais possibilidades de ressignificação dentro de nossa própria subjetividade se tornam possíveis diante de tal abandono da atitude natural.

Fala-se de fenômeno e de experiências que são diretamente dadas no mundo vivido ou na experiência psiquiátrica, na condição de que ela se faça experiência fenomenológica (TATOSSIAN,

1979/2006), sendo assim é possível compreender que em cada fase da vida a pessoa se depara com possibilidades amplas e necessidades de reinvenção de si, reverberando possivelmente no surgimento de sintomas psicopatológicos que podem emergir como fenômenos frente ao abandono de si, tal como ocorre na adolescência ao deixar para trás seu “eu infantil” e deparar-se com um possível “eu adulto” que está por vir, sem certezas ou cronogramas, se não os que a sociedade impõe como expectativas de um “eu ideal”.

O processo da adolescência marcada por tantas mudanças requer um ajustamento psíquico, pois o adolescente começa a desprender-se de uma realidade infantil e começa a abandonar a criança que até então estava no centro. Nesse processo é comum que o adolescente apresente comportamentos imediatos e que mudam com facilidade, e que muitas vezes são vistos de forma anormal pelos adultos. Cabe aqui também o que pode ser considerado normal ou anormal nesse período.

ABERASTURY (1981) apresenta que o adolescente se apresenta como vários personagens e, as vezes, frente aos próprios pais, porém com mais frequência frente às diferentes pessoas do mundo externo, que poderiam dar deles versões totalmente contraditórias. Sendo assim, se torna complexo definir de fato o que é patológico ou não diante daquilo que ainda é uma projeção infantil, frente à realidade atual do indivíduo.

Discute-se sobre as questões mais relevantes nesta fase da vida, refletindo sobre liberdade e possibilidades de expressão subjetiva, ou seja, é na adolescência que a criatividade de reinventar quem se foi e quem ainda não se é, se abre como possível fenômeno. Pode-se dizer que na experiência fenomenológica, parte-se da compreensão da existência de uma liberdade que permanece, o que por si só já a torna uma experiência potencializadora (BLOC; MOREIRA, 2013).

Diante disso, ao explanar a psicopatologia fenomenológica, entende-se que esta possui a capacidade de integrar a questão da liberdade, discutida nessa reflexão no âmbito da adolescência, como um fundamento que enquanto uma teoria pautada por elementos técnico-instrumentais, pouco permite que a liberdade apareça, em vez de permitir o aparecimento da liberdade (TATOSSIAN, 1986).

O que ainda se faz necessário discutir é a questão do cuidado nessa fase de desenvolvimento, pois o ser do ser humano é cuidado em um sentido ontológico, ou seja, o que permite uma abertura de um campo de sentidos como possibilidades de constituição que vai além de uma simples atitude psicológica protetora, pois é justamente este o cuidado que possibilita tal atitude (SÁ, 2002, p.174). Sendo assim, questiona-se como é possível cuidar, em meio a tantos fenômenos que desorganizam o adolescente em seu mundo vivido. Heidegger (1927/1997), fala de um modo de preocupação que substitui o outro, que assume suas "ocupações": "Nessa preocupação, o outro pode tornar-se dependente e dominado mesmo que esse domínio seja silencioso e permaneça encoberto para o dominado", ou seja, é importante dar autonomia como forma de cuidado para que o adolescente sinta

que as mudanças não são em vão, mas que levam a um novo processo que o tornam cada vez mais adulto.

UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE A INCLUSÃO

A atenção voltada às pessoas com necessidades especiais e que necessitam de inclusão vem sofrendo transformações ao longo da história. Pessoas com algum tipo de deficiência sofrem discriminação por motivações diferentes, por medo, exclusão ou desconhecimento de outros grupos sociais, de forma humilhante e que as coloca em situações constrangedoras. Para Ferreira (2002) apud Moreira (2006), elas sempre foram marginalizadas, sendo vítimas tanto de sua deficiência, quanto do abandono pela sociedade.

Quando se fala em inclusão de adolescentes e o sofrimento que acomete esses indivíduos é importante ressaltar inicialmente que esta, ainda é atravessada por diversas questões que impossibilitam ou dificultam o seu avanço, tais como falta de recursos, negligência por parte de gestores nas mais diferentes instituições, preconceito, falta de formação para educadores, pais e para a sociedade como um todo. Tudo isto partindo do pressuposto de que na sociedade em geral não é discutido com a devida ênfase as questões que podem possibilitar um melhor desenvolvimento da temática na sociedade contemporânea (MOREIRA, 2006).

Alguns autores que estudam de maneira mais direta a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência em ambientes naturais, ou seja, espaços que dizem respeito à inclusão nas instituições, sociedade civil, espaços de lazer e até mesmo na própria família, desde que com o suporte adequado, afirmam que há progressos significativos na aprendizagem, principalmente relacionado ao desenvolvimento de habilidades sociais.

Isso é possível no momento em que acontece uma clarificação dos direitos e das possibilidades de inclusão nos diversos espaços já citados. É necessário compreender que a sociedade como um todo, iniciando pelos que têm um contado mais direto com pessoas com deficiência, e se estendendo aos que se apresentam de maneira indireta, precisam estar cientes do que de fato significa a inclusão e o sofrimento que o mesmo pode causar quando a inclusão não acontece (Muller-Granzotto, 2012).

Na atual estrutura social, percebe-se; portanto, a importância de todos compreenderem esses processos para que se comuniquem de maneira harmoniosa e que não venham a dificultar a inclusão. Segundo Sasaki (2005) é importante superar a visão médica da deficiência, a qual vem atribuindo a pessoa com necessidades especiais a responsabilidade por sua superação, concebendo-se como um sujeito falho, limitado ou doente que precisa de maiores esforços para adaptar-se à sociedade, o que não se configura como uma verdade. Este mesmo autor defende o modelo social em que a sociedade

é responsável por impor barreiras ao desenvolvimento da pessoa com deficiência em sua inserção na escola, em espaços públicos e privados, em uma profissão ou até mesmo nos espaços de lazer.

O ajustamento de inclusão é extremamente necessário, pois os adolescentes imersos em um processo de exclusão em que aqueles que estão a sua volta se fecham e impossibilitam a sua plena participação na vida social contribuindo assim, para que os mesmos percam as capacidades de pedir ajuda, pois não se veem como participantes dos ambientes em que estão.

Como fala Muller-Granzotto (2012, p. 355), “o sofredor não sabe sequer o que lhe falta. Seu pedido é para que ele possa voltar a pedir. Trata-se de um ajustamento cuja meta é encontrar ‘suporte’ para que se possa voltar a criar”. E desse modo, a sua permanência social tenha sentido e vivacidade

A ADOLESCÊNCIA E OS PROCESSOS DE INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR

Nesse trabalho, a inclusão social e em especial dos adolescentes, é vista como a participação efetiva nos vários grupos de convivência social, e a deficiência, como qualquer perda ou anormalidade de uma estrutura ou função corporal assim como é apresentada pela (ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA..., 2003), atrelado aos fatores psicológicos vemos também em especial a área da educação como mediadora da inclusão social mais ampla, tendo em vista questões relativas às pessoas com deficiências.

A situação de inclusão do adolescente com deficiência na classe comum nem sempre é a que se deseja. Em constante discussão sobre o papel da escola e os sentidos integradores e de inclusão, Amiralian (2005, p. 61) defende que “o uso do termo inclusão na escola pode ser entendido como uma situação em que é imprescindível uma compreensão do aluno com deficiência, de modo que ele possa ser integrado, ou seja, passe a pertencer à escola e fazer parte integrante dela”. E, diante dessa importante observação, não se pode ignorar que a escola, embora detenha grande importância na vida do adolescente, é apenas uma dentre várias outras instituições sociais e, como tal, impregnadas dos seus valores culturais.

Nunes et al. (1998), ressaltam ainda que a formação que se tem hoje no âmbito da educação e da atuação profissional não está sendo satisfatórias e que, tanto na formação inicial quanto na formação em serviço, existem necessidade de se incluírem discussões a respeito dos portadores de necessidades educativas especiais, “para uma atuação mais eficiente e que contribua para a efetiva inserção social do portador de deficiência” (p. 69), como o caso de adolescentes excluídos socialmente em decorrência de sofrimento psíquico e psicopatologias.

Na inclusão responsável, com suporte adequado e considerando as reais condições e limites das escolas, onde se percebe o maior nível de exclusão do adolescente em determinadas situações, devem ser analisadas as formas possíveis para que a tal inclusão ocorra em benefício do jovem,

avaliando os limites pessoais e de formação dos professores, pois, mesmo estes tendo uma formação voltada a área da inclusão, muitas vezes precisam estar em contato constante e formação continuada com as questões inerentes a isso, bem como com as atualizações dos modos de cuidado e inserção nos diversos meios.

Nessa mesma linha, Mazzotta (2003, p. 13), abordando a questão da identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais na linguagem da política educacional brasileira, mostra como de suma importância o entendimento de que “a política educacional é somente uma das áreas das políticas sociais construídas segundo o princípio da igualdade de todos perante a lei. Assim, ainda que diferencialmente, abrange igualmente pessoas de todas as classes sociais”.

Dentre as disposições legais já existentes, é importante salientar o Decreto Federal 3.298/99, que, além de outros dispositivos específicos relativos à cultura, ao lazer, ao esporte e ao turismo, dispõe que a pessoa com deficiência deve ser incluída em todas as iniciativas governamentais, respeitadas as suas peculiaridades. Além disso, cabe salientar que a inclusão social ocorre na vida social em algum espaço instituído ou estruturado, seja na família, na escola, no parque, na empresa ou em qualquer outra forma de organização social.

Nota-se também que quanto mais obscuras e supostamente distantes forem os direitos das pessoas com deficiência, maiores serão as possibilidades do medo nos relacionamentos interpessoais. A proximidade de uns com os outros e a sua interação garantem a afirmação do outro como sujeito, e é esse o ponto fundamental da necessidade e importância da inclusão social para todos.

Impregnadas nas dimensões ideológica e comportamental da cultura, crenças marcadas secularmente por desqualificação das pessoas com deficiência e sua conseqüente desvalorização como sujeitos sociais demandam hoje a efetivação de atitudes e ações que promovam a superação de tais crenças construindo, por todos os meios, condições de equidade nas várias instâncias da vida social.

Esses são alguns dos aspectos que têm caracterizado numerosas situações socioculturais em que os adolescentes estão envolvidos. No entanto, não se pode ignorar a ocorrência de outras tantas importantes ações competentes e respeitadas nessas áreas, ressaltando-se a pertinência e a relevância de atividades culturais e de lazer na educação de tais pessoas, particularmente com vistas à sua inclusão social.

CONCLUSÃO

Conclui-se que ao abordar esse tema, compreende-se que o desenvolvimento do adolescente está intrinsecamente ligado aos aspectos sociais, culturais, econômicos e biológicos. Trata-se de um processo onde é normal entrar em crise pois esse período é carregado de novas e grandes descobertas

que por si só já podem ser configuradas como geradoras de sofrimentos. Percebe-se que é relevante a participação e, sobretudo o conhecimento e a percepção dos atores que também estão envolvidos nesse processo, como pais, professores e outros membros das diversas instituições.

Acerca da inclusão é importante ressaltar as dificuldades que o adolescente sofre nos mais diversos âmbitos da sociedade, embora seja observável os avanços com relação a inclusão. Nesse sentido, percebe-se a importância da implementação de recursos e políticas de inclusão frente a essa temática, para que adolescentes com necessidades especiais sejam alcançados e acolhidos pela sociedade em geral de forma que seja evidente dentro dos espaços em que os mesmos estão presentes uma maior equidade para que esses indivíduos sejam assistidos na sua integralidade e, sobretudo, nas suas diferenças.

É de grande relevância para a psicologia desenvolver estudos acerca dessa vertente, visto que o sofrimento do adolescente frente o seu desenvolvimento e busca por inclusão pode acarretar sofrimento psíquico, trauma, transtorno, que ocasionará uma série de problemas em suas interações sociais e pessoais. Contudo pôde-se dizer que é essencial realizar pesquisas sobre essa temática para que se possa compreender cada vez mais questões como essa. Uma contribuição para essa realidade são os estudos fenomenológicos, que proporciona as outras ciências uma maior clareza daquilo que está ausente no que se refere ao sofrimento vivido pelos adolescentes.

Entende-se ainda que, ao perceber o desenvolvimento do adolescente por uma perspectiva Fenomenológica, as questões referentes ao retorno do olhar de cuidado de maneira ingênua e única, procurando se aproximar do mundo vivido destes, vêm a ser um disparador de possibilidades de ressignificação no âmbito de possíveis sortimentos psíquicos quando se deparam com situações de não inclusão. Sendo assim, o olhar Fenomenológico é de grande relevância no cuidado, na escuta, na compreensão e no envolvimento daqueles que atravessam a experiência do outro com o intuito de possibilitar processos de crescimento e desenvolvimento

Diante disso, ressalta-se por fim, que somos atravessados por incontáveis experiências cotidianas e de nossa história, que não podem ser mensuradas ou categorizadas, ou seja, a inclusão é um processo de compreensão de que todos nós somos feitos de múltiplos contornos e que mesmo em meio a tantas diferenças, não deixamos de ter direito as mesmas possibilidades.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

AMIRALIAN, M. L. T. M. Desmistificando a inclusão. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 22, n. 67, p. 59-66, 2005.

BAUMAN, Z. (2001). **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar.

BLOC, Lucas; MOREIRA, Virginia. Sintoma e fenômeno na psicopatologia fenomenológica de Arthur Tatossian. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 28-41, Mar. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142013000100003&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Apr. 2020.

CARVALHO-FREITAS, M. N. de et al. **Características psicossociais do contato inicial com alunos com deficiência**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 211-220, Abr. 2015. Disponível em . Acesso em: 23 nov. 2019.

COUTINHO, M. P. L. **Depressão infantil: uma abordagem psicossocial**. 2. ed. João Pessoa: Editora UFPB, 2005.

BRASIL. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1999/decreto-3298-20-dezembro-1999-367725-norma-pe.html>> Acesso em: 19 Abril. 2020

FRANKL, V. E. (1991). **A psicoterapia na prática**. Campinas: Papirus.

GOMES, C.; BARBOSA, A. J. G. **A inclusão escolar do portador de paralisia cerebral: atitudes de professores do ensino fundamental**. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.12, n.1, p.85-100, 2006.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2004.

HEIDEGGER, M. (1997). **Ser e tempo** (Parte I). Petrópolis: Vozes. (Trabalho original publicado em 1927).

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. *Cad. Cedes*, Campinas, v.26, n.69, p.163-184, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. *Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense*, Niterói, n. 7, p. 11-18, maio 2003.

NUNES, L. R. O. P. et al. **Pesquisa em educação especial na pós-graduação**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE; UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Saúde Pública. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde – CIF. São Paulo: EDUSP, 2003

RIBEIRO, K. C. S.; NASCIMENTO, E. S.; COUTINHO, M. P. L. Representação social da depressão em uma instituição de ensino da rede pública. **Revista Psicologia Ciência e Profissão**, v. 30, n. 3, p. 448-463, 2010.

SÁ, R. N. (2002, jun.). **A noção heideggeriana de cuidado (Sorge) e a clínica psicoterápica**. *Revista de Filosofia Veritas*, Porto Alegre, PUC, 45(2), 259-266.

SULZBACH, N. (2008). **Resgate da dignidade pessoal: uma experiência religiosa**. (Monografia de Conclusão do Curso de Especialização em Logoterapia). Curitiba, Paraná, Brasil.

TATOSSIAN, A. (1986). **Pratique Psychiatrique et Phénoménologie**. In P. Fédida e P. Gutton (Orgs.). *Phénoménologie, Psychiatrie, Psychanalyse* (pp. 123-131). Paris: Echos-centurion.

TATOSSIAN, A. (1997d). **L'expérience du phénomène et le projet psychothérapique**. In: *Psychiatrie phénoménologique* (pp. 215-223). Paris: Acanthe. (Trabalho original publicado em 1993).

TATOSSIAN, Arthur. **A fenomenologia das psicoses**. São Paulo: Escuta, 1979/2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: o paradigma do século 21**. Revista Inclusão, v. 1, n. 1, p. 19-23, out. 2005.

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri de; VITTA, Alberto de; MONTEIRO, Alexandra S.R. **Percepção de professores de educação infantil sobre a inclusão da criança com deficiência**. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 16, n. 3, p. 415-428, Dec. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Abril. 2020

ZUGLIANI, A.; MOTTI, T.; CASTANHO, R. O autoconceito do adolescente deficiente auditivo e sua relação com o uso do aparelho de amplificação sonora individual. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 13, n. 1, p. 95-110.

Recebido em: 15 de Junho de 2020

Aceito em: 30 de Julho de 2020

¹Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado. Graduado em Filosofia pela Unicatolica de Quixadá, Especialista em Psicopedagogia pela FADIRE. E-mail. marcelo.sm.sb@hotmail.com

²Discente no Centro Universitário Vale do Salgado. Especialista em Gestalt Terapia Clínica pelo instituto Granzotto de Psicologia Clínica Gestaltica. E-mail. ericklinhares@univs.edu.br

³Discente no Centro Universitário Vale do Salgado. Mestra em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail. isabelabezerra@univs.edu.br